

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO ESPECIAL Nº 1.522.926 - MS (2015/0067117-4)

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE** : AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL - AGEPREV  
**PROCURADOR** : RENATA RAULE MACHADO E OUTRO(S) - MS013166B  
**RECORRENTE** : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PROCURADOR** : RENATO WOOLLEY DE CARVALHO MARTINS E OUTRO(S) - MS008054  
**RECORRIDO** : LUIGI ALBERTINE ANTUNES DE FREITAS  
**ADVOGADO** : ADY FARIA DA SILVA E OUTRO(S) - MS008521B

### DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pelo Estado de Mato Grosso do Sul, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do respectivo Tribunal de Justiça assim ementado (e-STJ, fl. 166):

AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA - PENSÃO POR MORTE - LIMITE DE 21 ANOS - CURSO SUPERIOR - PRORROGAÇÃO - PRESENÇA DOS REQUISITOS DA MEDIDA LIMINAR - INEXISTÊNCIA DE ARGUMENTO CAPAZ DE INFIRMAR A DECISÃO RECORRIDA - RECURSO IMPROVIDO.

Quando o agravante não apresenta qualquer argumento capaz de infirmar a decisão recorrida, inviável a modificação do posicionamento exarado, devendo ser mantido o *decisum* pelos seus próprios fundamentos.

Interpostos embargos de declaração, estes foram rejeitados (e-STJ, fls. 234-237).

O recorrente alega, em suma, a violação dos arts. 5º da Lei n. 9.717/1998 e 16 da Lei n. 8.213/1991, por ter sido concedido benefício previdenciário pelo Tribunal de origem de forma diversa da prevista no Regime Geral de Previdência Social.

Sem contrarrazões, conforme certidão à e-STJ, fl. 360.

Parecer do Ministério Público Federal pelo não provimento do recurso (e-STJ, fls. 392-396).

É o relatório.

Cumpra apenas esclarecer que, com o provimento do recurso da litisconsorte passiva – AGEPREV (e-STJ, fls. 398-400), o presente recurso perdeu o objeto, pois os pedidos autorais já foram julgados improcedentes.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XI, do RISTJ, julgo prejudicado o

# *Superior Tribunal de Justiça*

presente recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator

